

Especial Rumos da economia

Política industrial Exportação e inovação tecnológica são foco de atenção

Entidades empresariais aguardam definições

**Heloisa Magalhães e
Vera Saavedra Durão**
Do Rio

As entidades empresariais têm propostas prontas de política industrial que já aterrissaram nos gabinetes de Brasília e no BNDES, mas a maioria ainda não identificou por parte do governo federal ação objetiva visando à concretização de proposta nacional. O interlocutor reconhecido pelos empresários para tocar esta agenda é Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que vem trabalhando num projeto de política industrial. Mas, para os representantes da indústria, como diz Carlos de Paiva Lopes, da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), "por enquanto nada aconteceu".

Para Lopes, a principal demanda do setor eletroeletrônico é a redução da dependência das importações, um foco defendido pelas indústrias do setor cujo dé-

ficit da balança comercial ficou em US\$ 5,8 bilhões, com exportações de US\$ 4,3 bilhões e importações de US\$ 10,1 bilhões.

O Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), pioneiro em enviar suas recomendações de política industrial para o ministro Furlan e para o BNDES, em vasto documento faz sugestões que vão desde a reforma tributária, passando pela indústria e setor externo, atuação do BNDES, infraestrutura (com destaque para energia e transporte), inserção internacional com destaques para Mercosul e Alca e política científica, tecnológica e inovação.

Sobre a reforma tributária, um dos pontos sugeridos pelo Iedi que casa com a política industrial é uma legislação unificada para o ICMs e alíquotas únicas em todo território nacional e implantação do princípio de destino nas transações interestaduais. Recomenda, ainda, a desoneração dos bens de investimentos para estimular

o investimento e ajudar no crescimento econômico.

No âmbito da indústria e setor externo, advoga a ampliação da produtividade das empresas industriais, agregação de valor e tecnologia à produção nacional, promover investimentos para acabar com gargalos setoriais, como o limite da capacidade instalada em vários setores. Sobre exportações, o IEDI defende o aumento das exportações de manufaturados via aumento de crédito às exportações com destaque para os créditos do BNDES.

Em relação à substituição competitiva das importações, a sugestão é redução do custo tributário incidente sobre o produto nacional em relação ao importado e redução do custo de capital interno (queda dos juros), aliado a políticas setoriais.

No tocante à inserção internacional o Iedi propõe ênfase na integração microeconômica e negociação em bloco para potencializar

o poder de cada um dos países em acordos internacionais como Alca, União Européia e OMC, e criação do Banco Mercosul de Desenvolvimento Econômico.

Júlio de Almeida Gomes, diretor-executivo do Iedi, tem conceito complexo de política industrial. A seu ver, ela se insere dentro de uma política de desenvolvimento. "É o que tem uma visão do futuro do país e planeja para um país que queremos ser daqui a 20 anos."

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro, diz que a entidade já levou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalho que chama de agenda do crescimento. "Foi montada em parceria com o Iedi, baseada em três eixos: exportação, inovação tecnológica e a questão espacial do desenvolvimento. Uma das motivações do Fórum de Desenvolvimento Industrial, que acaba de ser criado, é de alinhar posições entre entidades empresariais de todo país", relata.



Armando Monteiro, da CNI: entidade levou a Lula agenda do crescimento